



## O estilo na crítica textual: domínios de aplicação e a questão da variação linguística

### *Style in textual criticism: application domains and the issue of linguistic variation*

César Nardelli Cambraia

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais/Brasil  
nardelli@ufmg.br

<http://orcid.org/0000-0002-2403-3021>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo discutir o papel do estilo na crítica textual, enfocando especialmente seus domínios de aplicação e a questão da variação linguística. Há dois momentos em que o estilo é utilizado como critério para resolução de tarefa: na *transcrição de testemunhos* e na *seleção de variantes*. Uma das grandes dificuldades para a aplicação do critério do estilo na seleção de variantes está relacionada à variação linguística. Com base na discussão realizada, defendeu-se que, para operacionalizar a aplicação desse critério em casos de variação linguística, é pertinente considerar a frequência das variantes, o que significa ser necessário conjugar uma abordagem *qualitativa* com *quantitativa*.

**Palavras-chave:** Crítica Textual; Paleografia; Variação Linguística; Estilística.

**Abstract:** The present work aims to discuss the role of style in textual criticism, focusing especially on its domains of application and the issue of linguistic variation. There are two moments in which style is used as a criterion for task resolution: in the *transcription of testimonies* and in the *selection of variants*. One of the major difficulties in applying the criterion of style in the selection of variants is related to linguistic variation. Based on the discussion carried out, it was argued that, in order to operationalize the application of this criterion in cases of linguistic variation, it is pertinent to consider the frequency of variants, what it means to combine a *qualitative* and *quantitative* approach.

**Keywords:** Textual Criticism; Paleography; Linguistic Variation; Stylistics.

## Introdução

No processo de transmissão de um texto, vários fatores atuam fazendo com que ele se distancie de sua forma genuína, ou seja, da forma final que seu autor intelectual lhe deu. Concorrem para essa transformação modificações de diversas ordens, tanto involuntárias (lapsos de copistas na leitura do modelo, na execução manual da escrita etc.) quanto voluntárias (ação consciente do copista para mudar o texto, sobretudo por razões ideológicas) (CAMBRAIA, 2005, p. 2-13). Cabe ao crítico textual, com base nos testemunhos subsistentes e em sua intuição, o trabalho de recuperar o que teria sido a forma original do texto, isto é, de restituir a forma genuína do texto.

No processo de edição de textos, há dois momentos em que o estilo é utilizado como critério para resolução de tarefa: na *transcrição de testemunhos* e na *seleção de variantes*. O reconhecimento moderno de que a *variação linguística* é constitutiva da linguagem humana representa um desafio para a aplicação do estilo como critério na edição de textos, exigindo, assim, especial atenção do editor. No presente trabalho, abordam-se esses três temas tomando como base a tradição portuguesa da tradução medieval da obra de Isaac de Nínive.

## 1 Visões sobre estilo

*Estilo* é um termo de conceituação difícil, já que há grande diversidade de visões sobre o tema, o que faz com que sejam várias as definições que circulam no universo dos estudos linguísticos.

Como assinala Martins (2012, p. 17), os diversos conceitos de estilo foram classificados por Mounin (1968) e Enkvist (1974) em grupos:

No domínio da linguagem têm sido tão numerosas as definições de estilo que vários linguistas têm procurado classificá-las de acordo com os critérios em que elas se fundamentam. Assim, Georges Mounin (*Introdução à Linguística*) reúne as definições de estilo em três grupos: 1) as que consideram estilo como ‘desvio da norma’; 2) as que o julgam como ‘elaboração’; 3) as que o entendem como ‘conotação’. Nils Erik Enkvist (*Linguística e estilo*) as distribui em seis grupos: 1) estilo como ‘adição’, envoltório do pensamento; 2) estilo como ‘escolha’ entre alternativas de expressão; 3) estilo como conjunto de ‘características individuais’; 4) estilo como ‘desvio da norma’; 5) estilo como conjunto de ‘características

coletivas' (estilos de época); 6) estilo como 'resultado de relações entre entidades linguísticas' formuláveis em termos de textos mais extensos que o período.

Pode-se observar que os critérios dos diversos grupos não são excludentes. Assim, por exemplo, as características individuais podem incluir escolha, desvio da norma, elaboração, conotação, o que mostra a dificuldade de tais classificações. (MARTINS, 2012, p. 17)

Uma abordagem sobre estilo compatível com a crítica textual é a apresentada por Câmara Jr. (1978). Segundo ele, “o estilo é a definição de uma personalidade em termos linguísticos” (CÂMARA JR., 1978, p. 13). Em sua visão, cabe à estilística, disciplina que se ocupa do estilo, três tipos de tarefa:

1) caracterizar, de maneira ampla, uma personalidade, partindo do estudo da linguagem; 2) isolar os traços do sistema linguístico, que não são propriamente coletivos e concorrem para uma como que língua individual; 3) concatenar e interpretar os dados expressivos, determinados pela *Kundgabe* e pelo *Appell*, que se integram nos traços da língua e fazem da linguagem esse conjunto complexo e amplo de *enérgeia* psíquica. (CÂMARA JR., 1978, p. 15)

Como lembra Câmara Jr., esses temas já foram tratados por Karl Vossler e Leo Spitzer (o primeiro); por Jules Marouzeau (o segundo); e por Charles Bally (o terceiro).

Em função das facetas individual e social (coletiva) da linguagem, pode-se falar em estilo para além do indivíduo: “[o] estilo individual se esbate, assim, no estilo de uma época, de uma classe, de uma cidade, de um país. E é desta sorte que se pode falar até no estilo de uma língua [...]” (CÂMARA JR., 1978, p. 16).

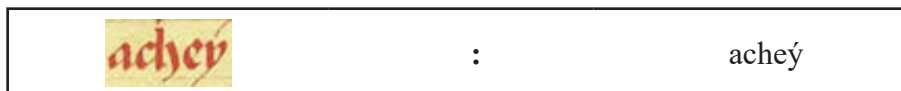
No âmbito da crítica textual, o estilo tem sido tratado tradicionalmente como *um conjunto de padrões linguísticos próprios de um autor*, visão compatível com o grupo de definições de estilo como conjunto de características individuais, segundo Enkvist (1974). Entretanto, levando em conta a questão das facetas individual e social da linguagem lembrada por Câmara Jr. (1978), deve-se reconhecer também que os padrões linguísticos de um texto também seguem padrões próprios de uma época, de uma classe social, de uma localidade etc.

## 2 O estilo na transcrição de testemunhos

O primeiro momento em que a questão do estilo é invocada para resolução de uma tarefa na crítica textual é o da *transcrição de testemunhos*.

Uma das tarefas iniciais do processo de elaboração de uma edição é a transcrição de um testemunho (no caso de tradição textual monotestemunhal) ou de vários (no caso de tradição politestemunhal). Em qualquer um desses casos, o crítico textual tem de enfrentar o problema da decodificação do testemunho, ou seja, o reconhecimento da forma gráfica presente nele, para que ela possa ser registrada em novo suporte material, geralmente com conversão de letra escrita antiga (manuscrita ou impressa) em caracteres modernos, como no caso abaixo, extraído de um testemunho da tradução medieval portuguesa da obra de Isaac de Nínive<sup>1</sup>:

**Figura 1** – Letras manuscritas medievais<sup>2</sup> transcritas em caracteres modernos



O caso da figura acima exemplifica uma situação em que não há dificuldade para se realizar a tarefa de transcrição, dada a clareza da forma do modelo (o testemunho manuscrito).

Entretanto, nem sempre o crítico textual se depara com essa clareza. Há duas situações em especial em que tem de lidar com dificuldades:


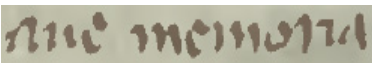
- (a) quando há algum tipo de falha material no testemunho (deterioração do suporte, letra borrada ou com tinta apagada etc.) e
- (b) quando tem de transcrever por extenso alguma forma que se encontra abreviada no testemunho.

<sup>1</sup> Neste estudo, lança-se mão de dados de dois dos testemunhos dessa tradição: o cód. 50-2-15, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro; e o cód. alc. 461, Biblioteca Nacional, Lisboa.

<sup>2</sup> Extraída do cód. 50-2-15, f. 3r2.

Veja-se primeiramente o seguinte caso, com dados extraídos do outro testemunho da tradução medieval portuguesa da obra de Isaac de Nínive:

**Figura 2** – Letras manuscritas medievais<sup>3</sup> transcritas em caracteres modernos<sup>4</sup>

(a)		:	a[ue] memoria
(b)		:	aue memoria


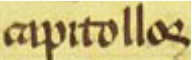
No item (a) da figura 2, vê-se um trecho manuscrito em que a tinta esvaneceu, deixando assim incompleta a versão desse testemunho. Como cabe ao crítico textual, como fase preliminar de uma edição crítica, restituir a forma de cada versão do texto, impõe-se desvendar quais seriam as letras que faltam nesse trecho. É nesse momento que deve recorrer ao estilo como critério de resolução de tarefa. Sendo assim, devem-se fazer buscas ao longo da própria versão do texto desse testemunho para identificar qual era o padrão linguístico compatível com a sequência incompleta. No caso específico, foi possível encontrar uma ocorrência compatível com a sequência gráfica incompleta, que é a que está no item (b): *aue memoria*. Vê-se, portanto, que o substantivo *memoria* podia ocorrer na versão do texto desse testemunho com *aue*, imperativo do verbo *auer*. Com base no item (b), pode-se considerar que pertence ao estilo presente na versão do texto desse testemunho o uso da combinação *aue memoria*, razão pela qual é possível inferir que, na sequência incompleta, também constaria originalmente *a[ue] memoria*. Como não existem ocorrências diferentes compatíveis com a sequência gráfica incompleta, a questão da restituição dessa forma é mais simples de ser realizada.

Observe-se agora a seguinte figura:

<sup>3</sup> Extraídas do cód. alc. 461, ff. 73r1 e 18r17. No cód. 50-2-15, encontra-se em *a renenbrança* (f. 84v5) para a primeira ocorrência e *auêdo nêbrança* (f. 12r4) para a segunda ocorrência.

<sup>4</sup> Empregam-se aqui colchetes para indicar emenda na transcrição.

**Figura 3** – Letras manuscritas  
medievais<sup>5</sup> transcritas em caracteres modernos

(a)		:	<i>capitollos</i>
(b)		:	<i>capitollos</i>

Na figura 3, têm-se duas formas manuscritas à esquerda: em (a), a palavra está abreviada, e, em (b), a palavra correspondente está escrita por extenso. Como cabe ao crítico textual restituir a forma de cada versão do texto, impõe-se desenvolver a forma abreviada. É também nesse momento que deve recorrer ao estilo como critério de resolução de tarefa. Em vista disso, devem-se fazer buscas da própria versão do texto desse testemunho para identificar qual era o padrão linguístico compatível com a forma abreviada. No caso específico, foi possível encontrar diferentes formas por extenso para o item lexical em questão no testemunho considerado: *capitulo* (ff. 3r1, 3r5, 14v7 e 102r21), *capitolo* (ff. 10r21, 88r12 e 94v22), *capitollo* (f. 33r19) e *capitollos* (f. 1r2). Vê-se, portanto, que a forma abreviada poderia corresponder a, no mínimo, duas possibilidades: com *u* ou com *o*. Na primeira, adota-se um *u* para representar a vogal pós-tônica não final (o que significa reconhecer a forma como parcialmente latinizada, tendo como resultado um /u/ para o lat. ũ); na segunda, adota-se um *o* para representação da mesma vogal (considerando-se como regular a evolução do lat. ũ para /o/). Priorizando o critério qualitativo (tratar-se de forma de plural), deve-se desenvolver a forma em questão com *o* (*capitollos*) por ser ela a compatível com o estilo presente na versão do texto desse testemunho (ou seja, uso de *o* quando se trata de forma de plural).

Nos dois casos de resolução de tarefa acima comentados falou-se em *estilo presente na versão do texto* do testemunho em questão. Isso se deve ao fato de se estar trabalhando com um objeto de estudo complexo: trata-se de cópias medievais de um texto traduzido para o português. Isso significa ser necessário lidar com *camadas de estilo*: além do estilo do

<sup>5</sup> Extraídas do cód. 50-2-15, ff. 1r1 e 1r2.

*autor* (Isaac de Nínive), deve-se considerar o estilo dos *tradutores* do texto<sup>6</sup> e ainda o estilo do *copista* do testemunho em questão.

### 3 O estilo na seleção de variantes

Em se tratando de tradições textuais politestemunhais, deve o crítico textual, na preparação de uma edição crítica (baseada no confronto de testemunhos), enfrentar a complexa tarefa de seleção de variantes, buscando identificar a variante que remonta à forma genuína do texto, ou seja, que representa a vontade última do autor.

No âmbito da crítica textual, a invocação do estilo como critério de seleção de variantes é bastante antiga, datando de suas próprias origens. É bastante conhecido o *tópos* de que *cada autor é seu melhor intérprete* ou ainda de que *Homero é o seu melhor intérprete*<sup>7</sup>, significando que se deve buscar nos textos do próprio autor a resposta para o julgamento sobre o texto em análise, o que, em termos de crítica textual, equivale a decidir-se sobre qual variante deve ser considerada genuína buscando no próprio texto a resposta.

Segundo Pasquali (1934 [1988, p. 12]), foi Wettstein (1752, t. 2, p. 864) quem formulou mais precisamente o critério relativo a estilo, modernamente conhecido por *usus scribendi*: “*Lectio cum Stylo cujusque scriptoris maxime omnium consentiens, caeteris paribus, praefenda est*” (“A lição que se conforma com o estilo do seu autor maximamente em tudo, dentre as demais, deve ser preferida”). Este critério se encaixa no que Metzger (1992, p. 209-210) categoriza como *evidências internas* (aspectos paleográficos, estilo do autor no próprio texto, contexto imediato, harmonia com o estilo do autor em outras obras, dentre outras), por oposição a *evidências externas* (datação dos testemunhos, sua distribuição geográfica e sua relação genealógica), na seleção de variantes.

---

<sup>6</sup> Diz-se aqui *tradutores*, porque o texto original em siríaco passou por diferentes processos tradutórios até chegar ao português: siríaco > grego > latim > catalão > espanhol > português (CAMBRAIA, 2017, p. XLI-CIII).

<sup>7</sup> A autoria desse princípio é objeto de polêmica: Pfeiffer (1998, p. 226) assinala que o dito em questão, geralmente atribuído a Aristarco (c. 216-144 a.C.), aparece na obra *Questões Homéricas* (1, 12-14) de Porfírio (c. 234-304 d.C.), mas MacPhail Jr. (2010, p. 3) defende que, ainda assim, se trata de ideia própria de Aristarco.

Para exemplificar a aplicação desse critério, convém retomar dados da já mencionada tradição portuguesa da tradução medieval da obra de Isaac de Nínive. Segundo apurado por Cambraia (2017), a tradução portuguesa, preservada em quatro testemunhos manuscritos (sendo dois deles apenas fragmentos), deriva da tradução espanhola, a qual foi preservada em um impresso sevilhano de 1497<sup>8</sup> (embora este não tenha sido seu modelo direto). Por um lado, quando o texto português tem correspondência no texto espanhol, deve-se considerar como genuína a variante portuguesa compatível com a do texto espanhol, mas, por outro lado, nem sempre o texto português tem correspondência no texto espanhol, caso em que se justifica invocar outros critérios para a seleção de variantes.

Na tradição em questão, há a particularidade de um capítulo da obra ter sido traduzido uma segunda vez, mas a partir do latim, e não do espanhol (CAMBRAIA, 2017, p. XCIV): no que se refere especificamente ao texto dessa segunda tradução do capítulo mencionado, a seleção de variantes deve ser feita com base em critério diferente da compatibilidade com o texto espanhol, como, por exemplo, justamente com base no critério do estilo. No referido capítulo da obra (cap. 47), traduzido do latim, aparecem os seguintes trechos<sup>9</sup>:

(1a) [...] *quebrantar e passar os termos e mandados de Deus* [...].  
(cód. 50-2-15, f.112r2-3, grifo nosso)

(1b) [...] *quebrantar e passar os termos e mandamentos de Deus* [...]. (cód. alc. 461, f. 96r11-12, grifo nosso)

Os dois trechos acima se diferenciam apenas pela presença de *mandados* no primeiro e *mandamentos* no segundo: qual é a variante que remonta à forma genuína da tradução portuguesa? A resolução para essa questão através do critério do estilo significa buscar, em cada versão do texto, ambas as formas, para verificar qual se ajusta ao estilo do tradutor. Excluindo a ocorrência em questão, há, em ambos os testemunhos, apenas

<sup>8</sup> *Libro que es Llamado Ysaac de Syria*. Sevilha: Meynardo Ungut e Stanislao Polono, 1497. Disponível em: <https://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000137334&page=305>.

<sup>9</sup> As transcrições dos testemunhos a partir deste ponto serão feitas com regularização gráfica, para tornar a leitura mais fluente.

uma segunda ocorrência em contexto similar: trata-se de *mandado de Deus* (cód. 50-2-15, f.112r5-6; cód. alc. 461, f. 96r12-13). Em outras oito ocorrências, em ambos os testemunhos, há a expressão *mandamentos de Deus*, tal como ocorre justamente na primeira versão do capítulo em questão (cap. 20), embora com a intercalação de um par sinônimo nesse caso (*ordenações/ordenações*):

(2a) [...] *pasar nem quebrantar os mandamentos nem as ordena<sup>ções</sup> de Deus [...]*. (cód. 50-2-15, f. 62r7-8, grifo nosso)

(2b) [...] *passar nem quebrantar os mandamentos nem as ordena<sup>ções</sup> de Deus [...]*. (cód. alc. 461, f. 61r18-19, grifo nosso)

Diante dessas informações, o critério do estilo determina que, para o trecho em (1), se deve selecionar a variante *mandamentos* de (1b) como forma genuína a ser fixada no texto crítico. Trata-se de um caso interessante, porque evidencia que o critério do estilo pode sobrepujar outros critérios: se se tomasse como referência o critério do texto-base, dever-se-ia selecionar a outra variante, que é a que está presente no cód. 50-2-15, eleito texto-base por estar em posição mais alta no estema (CAMBRAIA, 2017, p. CVII). Neste caso, no entanto, uma evidência interna (o estilo) teve prioridade sobre uma evidência externa (relação genealógica entre testemunhos) na seleção da variante.

Há, ademais, casos que servem para reiterar a validade do critério do estilo, como é o do trecho abaixo:

(3a) [...] *faz grande n<sup>o</sup>me de louvores e de ora<sup>ções</sup> por grande movimento e anojamento da sua língoa [...]*. (cód. 50-2-15, f. 16v4-5, grifo nosso)

(3b) [...] *faz grande nome de louvores e de ora<sup>ções</sup> por grande movimento e fatigamento da sua língua [...]*. (cód. alc. 461, f. 65ar17-18, grifo nosso)

Novamente, há variantes a serem escolhidas: deve-se selecionar entre *anojamento* e *fatigamento*. A forma *fatigamento* aparece apenas uma vez nos testemunhos (justamente nessa ocorrência do cód. alc. 461), mas a forma *anojamento* ocorre ainda mais outras três vezes nos

testemunhos (uma no singular e duas no plural), como no caso abaixo (trecho idêntico em ambos os testemunhos):

(4a) [...] *quando é enfermo e cercado de doores e de anojamentos* [...]. (cód. 50-2-15, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, f. 38r7-8; cód. alc. 461, f. 40r9-10, grifo nosso)

Pelo critério do estilo, deve-se selecionar então a variante *anojamento* de (3a) para o trecho em (3), já que é a forma que aparece recorrentemente na obra. O que existe de interessante neste caso é que, como se trata de trecho com correspondência na tradução espanhola, que foi fonte para a tradução portuguesa, é possível então verificar se essa decisão baseada no critério do estilo é confirmada pelo critério de compatibilidade com o texto espanhol, que certamente é o critério mais confiável no caso da tradição em questão. O texto espanhol apresenta a seguinte passagem para o trecho em (3):

(3c) [...] *faze grand nombre de loores e de oraciones por grand movimiento e enojamiento de su lengua* [...] (Impresso sevilhano, 1497, f. 151vb38-40, grifo nosso)

Vê-se, portanto, que a forma do texto espanhol (*enojamiento*) é compatível justamente com a forma portuguesa (*anojamento*) que é selecionada com base no critério do estilo, o que confirma a validade desse critério. Convém ademais mencionar que existe um terceiro critério validando a forma em questão, que é o do texto-base, já que a forma escolhida é justamente a do cód. 50-2-15.

Como se vê, o critério do estilo se baseia na recorrência: se usou uma dada forma em certo ponto do texto, é ela que deve ser preferida, quando houver a necessidade de decidir-se entre uma variante com uma forma igual a ela e uma variante com forma diferente dela em outro ponto de seu texto. Por isso, em casos de *hápax* (forma de ocorrência única), em tese, o critério do estilo não pode ser aplicado de forma estrita, como no caso abaixo:

(5a) [...] *em todolos dias de sua vida tinham vida irmitaa* [...]. (cód. 50-2-15, f. 18r4-5, grifo nosso)

(5b) [...] *em todolos dias da sua vida tinham vida heremítica* [...].  
(cód. alc. 461, f. 23r23-24, grifo nosso)

Como as formas *irmitaa* e *heremítica* não aparecem nenhuma outra vez em cada um dos testemunhos, o critério do estilo não pode ser aplicado de forma estrita neste caso. No entanto, como se trata de trecho com correspondência na tradução espanhola, a resolução da tarefa de seleção de variante é realizada com base no critério de compatibilidade com a forma espanhola:

(5c) [...] *en todos los dias de su vida tenian vida hermitaña* [...].  
(Impresso sevilhano, 1497, f. 132r42-43, grifo nosso)

No caso, deve-se selecionar, portanto, a forma do cód. 50-2-15 (*irmitaa*), que é a compatível com a do impresso sevilhano (*hermitaña*), decisão que é, ademais, corroborada pelo critério do texto-base.

Neste caso, não é possível aplicar o critério do estilo em um sentido mais estrito (recorrência de formas específicas), mas, se se interpretar estilo de uma forma mais ampla, então ele poderia ser invocado. No processo de transmissão do texto português em questão, houve contaminações com consulta a testemunho latino, o que resultou em uma camada de latinização do texto, camada esta que o distanciou da forma genuína da tradução portuguesa, cuja reconstituição é a meta de uma edição crítica. Logo, quanto mais latinizada a forma, menos genuína ela será na tradição portuguesa<sup>10</sup>. No caso em questão, a forma *heremítica* é a mais fiel à forma presente no referido trecho na tradução latina (cf. *omnibus diebus vite sue vitam heremiticam*, cód. alc. 387, Biblioteca Nacional, Lisboa, f. 98, v. 25). Sendo assim, se se considerar como próprio do estilo da forma genuína da tradução portuguesa em questão a presença de formas vernaculares em detrimento de eruditas latinizadas, então, mesmo no caso citado de *hápax*, a invocação do critério de estilo é viável: basta que a forma seja vernacular, e não latinizada. Nesse caso, o estilo diz respeito à recorrência não de uma forma específica, mas sim de um padrão mais abstrato, ou seja, tratar-se de forma vernacular.

---

<sup>10</sup> Para uma discussão da complexidade da relação entre formas vernaculares e latinizadas na tradição da tradução portuguesa da obra de Isaac de Nínive, cf. Cambraia (2009).

#### 4 Estilo e variação linguística

Como se viu nas seções anteriores, o estilo é invocado em diferentes momentos para a resolução de tarefas no processo de edição de um texto. O pressuposto básico que subjaz a esse critério é o de que os padrões linguísticos presentes nos testemunhos são capazes de indicar onde e como o editor deve intervir para restaurar a forma genuína do texto.

Uma questão bastante problemática para a aplicação do critério de estilo na restituição da forma genuína de um texto é a *variação linguística*. O posicionamento diante desse aspecto já apresentava divergências nos primórdios da crítica textual, tendo em vista a defesa do princípio da *analogia* (organização regular da língua) pelos alexandrinos frente a do princípio da *anomalia* (organização suscetível a irregularidades) pelo estoicos na Antiguidade (CAMBRAIA, 2005, p. 40-41). Modernamente, tem-se reconhecido amplamente a variação linguística como constitutiva da linguagem: trata-se, porém, de uma *heterogeneidade ordenada* (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p. 100), e não alternância aleatória de formas.

A variação linguística coloca um problema para a aplicação do critério do estilo, porque a existência de formas alternativas para a expressão de um mesmo conteúdo<sup>11</sup> pode remontar aos padrões linguísticos da forma genuína do texto. Sendo assim, a presença de variação na tradição de um texto não significa necessariamente tratar-se de uma lição não genuína<sup>12</sup>.

Como primeiro exemplo para discutir essa questão, pode-se tomar como referência a variação entre as formas de conjunção adversativa *mais* e *mas*. Com o desaparecimento da conjunção adversativa básica do latim (*sed*), outras formas linguísticas passaram a desempenhar essa função de articulador entre orações, dentre elas o advérbio *magis*, que, em razão de síncope, passou a *mais* e, em seguida,

---

<sup>11</sup> Labov (2008, p. 2) define sinteticamente variação como “duas formas alternativas de dizer a mesma coisa” (no original: “two alternative ways of saying the same thing”).

<sup>12</sup> Como já discutido em outra oportunidade, em tradições monotestemunhais a identificação de lições não genuínas é menos objetiva do que em tradições politestemunhais: naquelas o editor depende sobretudo de seu conhecimento do texto, enquanto nestas a simples existência de variantes já indica a presença de lições não genuínas (CAMBRAIA, 2019).

a *mas*. Na Idade Média, a coocorrência de *mais* e *mas* era comum<sup>13</sup>. Uma comparação dos testemunhos da tradução medieval portuguesa da obra de Isaac de Nínive permite verificar três tipos de relação em relação ao item considerado abaixo:

a) Forma *mais* no cód. 50-2-15 e no cód. alc. 461:

(6a) *Diz Gregório de Nazareno que certamente boa cousa é aprender toolisia por amor de Deus, mais muito melhor cousa é que o homem alimpe a si meesmo deante Deus.* (cód. 50-2-15, f. 7r12-15, grifo nosso)

(6b) *Diz Sam Gregório que bõa cousa é aprender teologia por amor de Deus, mais muito melhor cousa é que o homem alimpe a si meesmo ante Deus.* (cód. alc. 461, ff. 14r22-14v1, grifo nosso)

b) Forma *mas* no cód. 50-2-15 e *mais* no cód. alc. 461:

(7a) *Mas o amor e a obra que o homem com Deus faz é por relembrança da alma e por devoçom e per humildosa oraçom [...].* (cód. 50-2-15, f. 22r7-9, grifo nosso)

(7b) *Mais o amor e a obra que o homem com Deus faz é por relembrança da alma e por devoçom e por humildosa oraçom [...].* (cód. alc. 461, f. 26v2-4, grifo nosso)

---

<sup>13</sup> Embora a forma *mas* tenha sido preferida no processo de normatização pelas gramáticas prescritivas, no português falado moderno ainda se encontram *mais* e *mas*. Apesar de ser comum se interpretar a variação entre *mais* e *mas* na atualidade como fruto de processo de ditongação de vogal diante de sibilante, propondo-se o trajeto *magis* > *mais* > *mas* > *mais*, parece mais provável que a variação entre *mais* e *mas* no português moderno seja apenas a continuidade, no presente, de uma variação iniciada no passado. A ilusão de um momento de prevalência absoluta de *mas*, ao qual se seguiria modernamente o de surgimento de *mais*, seria decorrente da preferência daquela forma na língua escrita em função de normatização nas gramáticas prescritivas.

c) Forma *mas* no cód. 50-2-15 e no cód. alc. 461:

(8a) *Ama os pecadores, mas as suas más obras sejam a ti avorrecidas* [...]. (cód. 50-2-15, f. 25r13-15, grifo nosso)

(8b) *Ama os pecadores, mas as suas más obras sejam a ti avorrecidas* [...]. (cód. alc. 461, f. 28v16-17, grifo nosso)

Como há ocorrência de ambas as variantes simultaneamente nos dois testemunhos (cf. dados em (6) para *mais* e dados em (8) para *mas*), não parece haver dúvida que a variação linguística já estava presente na forma genuína do texto, remontando assim ao estilo do tradutor para o português. O problema está nos dados em (7): *mais* no cód. 50-2-15 e *mas* no cód. alc. 461. Como a forma genuína só pode ser uma, é necessário selecionar uma dentre as duas variantes. Se, no estilo do tradutor, como se assinalou, conviviam ambas as variantes, qual seria a da forma genuína do texto?

Em ambos os testemunhos, a forma *mais* é a mais frequente, mostrando assim um comportamento conservador em relação ao fenômeno de mudança que estava em curso. Em função disso, poder-se-ia considerar que, como faz parte do estilo do tradutor o uso mais frequente de *mais*, se deveria selecionar *mais* como forma genuína para o contexto em (7).

Mas o problema envolve questões mais complexas.

Primeiramente, como já registrado aqui antes, a tradução portuguesa foi feita da espanhola e se constatam influências do espanhol na língua do texto (CAMBRAIA, 2017, p. LX-LXI), e, no contexto em questão, encontra-se *mas* no espanhol:

(7c) *Mas el amor e el desseo que hombre ha con Dios faze-se por rememrança del anima e por devoción* [...]. (Impresso sevilhano, 1497, f. 133vb35-38, grifo nosso)

Portanto, poder-se-ia argumentar que a forma *mas* seria a genuína, porque revela maior proximidade com a língua-fonte da tradução portuguesa (o espanhol), que inequivocamente apresentou interferências sobre a língua-alvo da tradução (o português).

Em segundo lugar, há outro princípio que pode ser invocado para a seleção de variante nesse caso: pelo princípio da *lectio antiquior* (preferência pela forma mais antiga), dever-se-ia optar por *mais*, assumindo-se como verdadeiro o trajeto *magis* > *mais* > *mas*, e não o trajeto *magis* > *mais* > *mas* > *mais*, já que, neste último, *mais* poderia ser forma tanto mais antiga quanto mais recente, o que inviabiliza a aplicação do princípio.

Se, no entanto, se considerar que os princípios disponíveis não são aplicáveis com segurança nesse caso (o estilo aponta para *mais*, a proximidade da língua-fonte aponta para *mas* e a forma mais antiga aponta para *mais*), então estar-se-ia diante de um caso de lição adiáfora, e, nesse caso, dever-se-ia seguir o critério de seleção de variante baseado no texto-base, que é a do testemunho que está em posição mais alta no estema da tradição em questão (CAMBRAIA, 2017, p. CI), ou seja, a do cód. 50-2-15. Foi justamente esta última interpretação a adotada na edição crítica do texto em questão, sendo selecionada a variante *mas* (CAMBRAIA, 2017, p. 38).

Como segundo exemplo para discutir a questão da relação entre estilo e variação linguística, pode-se citar a variação relativa a elementos nasais. No curso das mudanças que ocorreram do latim ao português medieval, houve processos tanto de supressão quanto de inserção de elementos nasais: assim, já no latim vulgar havia uma tendência a perda de consoante nasal em posição final (-M, -N), no grupo -NS- e possivelmente nos grupos -NF- e -NV- (MAURER JR, 1959, p. 41-42 e 60-61); além disso, por volta do séc. XI, ocorreu a nasalização da vogal que precedia /n/ e este foi objeto de síncope em posição intervocálica (TEYSSIER, 1993, p. 15-16)<sup>14</sup>; posteriormente, muitos dos hiatos com vogal nasal perderiam a nasalidade (TEYSSIER, 1993, p. 28); ademais, deve-se sempre ter em mente que, ao longo de toda a Idade Média, a língua latina influenciou o português, sobretudo aquele usado por camadas mais letradas, restaurando-se não raramente elementos nasais que tinham desaparecido. De forma que, no que se refere a elementos nasais, o português medieval apresentava um quadro de grande complexidade. A essa complexidade propriamente de origem linguística, devem-se acrescentar, além disso, as vicissitudes do processo de cópia manual, em

---

<sup>14</sup> Há também casos de nasalização por outras vias, como os de nasalização progressiva: MATRES > *mães* (WILLIAMS, 1991, p. 108).

que não raramente se esquecia de registrar consoante nasal ou nasalidade de vogal em função de desatenção na escrita do *titulus*, sinal abreviativo de que derivou o atual *til* e que era usado seja para marcar supressão de consoante nasal em abreviatura, seja para marcar nasalidade decorrente do já citado processo de nasalização que se precedeu a síncope de nasal intervocálica. Uma comparação dos testemunhos da tradução medieval portuguesa da obra de Isaac de Nínive permite verificar quatro tipos de relação em relação ao item considerado abaixo:

a) Elemento nasal presente no cód. 50-2-15 e no cód. alc. 461:

(9a) *Todo los dias hei eu estendidas as Minhas mãos a este poboo revel e a Mim contrairo.* (cód. 50-2-15, f. 22r17-19, grifo nosso)

(9b) *Todo los dias hei extendidas as Minhas mãos a este poboo revel e a Mim contrairo.* (cód. alc. 461, f. 26v10-12, grifo nosso)

b) Elemento nasal presente no cód. 50-2-15, mas ausente do cód. alc. 461:

(10a) *E aquele que por outros deleitos [é tomado] nom pode das suas mãos sair nem escapar [...].* (cód. 50-2-15, f. 37v17-18, grifo nosso)

(10b) *E aquel que por o seu amor é tomado nom pode das suas maos sair nem escapar [...].* (cód. alc. 461, f. 39v19-21, grifo nosso)

c) Elemento nasal ausente do cód. 50-2-15, mas presente no cód. alc. 461:

(11a) *Nem ãa outra cousa nom é maior que deitar-se e quebrantar-se deante a cruz de nosso Senhor Jesu Cristo de dia e de nocte e teer detrás as maos atadas.* (cód. 50-2-15, f. 13r9-12, grifo nosso)

(11b) *Nem ãa cousa nom é maior como deitar-se e quebrantar-se deante a cruz do nosso Senhor Jesu Cristo de dia e de nocte e teer as mãos detrás atadas.* (cód. alc. 461, ff. 19r19-22, grifo nosso)

d) Elemento nasal ausente do cód. 50-2-15 e no cód. alc. 461:

(12a) [...] *pondo verdadeiramente sua fê e esperança em nas maos de Deus, dizendo [...].* (cód. 50-2-15, f. 57r18-20, grifo nosso)

(12b) [...] *poendo verdadeiramente sua fê e esperança em nas maos de Deus, dizendo [...]* (cód. alc. 461, ff. 57r3-4, grifo nosso)

Novamente se percebe que há ocorrências de ambas as variantes simultaneamente nos dois testemunhos (cf. dados em (9) para variante com elemento nasal e dados em (12) para sem esse elemento), logo se deve admitir que a variação linguística já estava presente na forma genuína do texto, remontando assim ao estilo do tradutor para o português. A questão que se coloca em termos de seleção de variantes diz respeito aos dados em (10) e (11): deve-se (a) selecionar a variante com elemento nasal em ambos os casos, (b) selecionar a variante sem o elemento nasal também em ambos, (c) manter-se o padrão de variação do cód. 50-2-15 ou (d) manter-se o padrão de variação do cód. alc. 461? Como já comentado antes, a frequência pode ser considerada na caracterização de estilo, embora não seja, por si só, resolutiva de forma categórica (cf. a questão da maior frequência de *mais*, mas a opção final por *mas* no primeiro exemplo desta seção), em função disso é legítimo tentar solucionar a questão com quantificação. Analisando-se a frequência das formas do item em questão com elemento nasal (*mãos*) e sem esse elemento (*maos*), constata-se que prevalece a ocorrência de forma sem elemento nasal: respectivamente,  $3 \times 17$  no cód. 50-2-15 e  $1 \times 19$  no cód. alc. 481<sup>15</sup>. Em função disso, considerando então a frequência como

<sup>15</sup> No cód. alc. 481, há a particularidade de ocorrer um traço ondulado sobre hiato de vogais orais (CAMBRAIA, 2003, p. 27): como é esse sinal que ocorre na maioria dos casos sobre o substantivo *maaos*, interpretou-se aqui que se trata de dados sem representação de nasalidade. Reforça essa interpretação o fato de esse traço ocorrer também sobre a forma *maaos* quando se trata de adjetivo (< lat. MALOS).

um dos componentes que caracterizam o estilo, dever-se-ia selecionar a variante sem elemento nasal para os dados em (10) e (11) – opção (b) das quatro apresentadas acima – em uma edição crítica que objetive registrar todo tipo de variação linguística existente na forma genuína do texto<sup>16</sup>.

### Considerações finais

Como se viu no presente trabalho, o estilo é utilizado como critério para resolução de tarefa em diferentes momentos de uma edição crítica: na transcrição dos testemunhos e na seleção de variantes. Em função da complexidade do processo de transmissão de textos muito antigos, é necessário considerar, além das esferas do estilo mencionadas por Câmara Jr. (1978) – individual, de época, de classe, de cidade, de país, de língua –, ainda outras, como as camadas de estilo dos tradutores e dos copistas, que se sobrepõem ao estilo do autor. Uma das grandes dificuldades para a aplicação do critério do estilo na seleção de variantes está relacionada à variação linguística, constitutiva da linguagem humana e, portanto, presente em textos de todas as épocas. Para operacionalizar a aplicação desse critério em casos de variação linguística, é pertinente considerar a frequência das variantes, embora nem sempre seja um recurso resolutivo, já que o resultado de sua aplicação pode entrar em conflito com outros critérios de seleção, o que exige um maior esforço interpretativo. Para que a quantificação seja significativa, é necessário que leve em conta a situação de cada testemunho, a fim de pôr em evidência os padrões linguísticos do autor do texto (ou do tradutor para o português, como foi o caso discutido neste trabalho), ultrapassando assim as camadas de estilo dos copistas.

---

<sup>16</sup> Deve-se assinalar aqui que, na edição crítica recém-realizada dessa obra, que foi concebida para um público leitor mais amplo (que não se interessaria por cada fenômeno fonético do texto), inseriu-se a marca de nasalidade em alguns poucos itens, mesmo não havendo em um ou em ambos os testemunhos, a fim de evitar confusão entre homônimos ou dificuldade de reconhecimento de certas formas na leitura (CAMBRAIA, 2017, p. CXVI-CXVII), situação que se aplicou ao substantivo *mãos*.

## Referências

CÂMARA JR., J. M. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

CAMBRAIA, C. N. *Livro de Isaac*: edição e glossário (cód. ALC 461). 2000. 753 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

CAMBRAIA, C. N. Crítica textual & lingüística histórica: a questão dos diacríticos. *Caligrama: Revista de Estudos Românicos*, Belo Horizonte, v. 8, p. 21-40, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/2238-3824.8.0.21-40>.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMBRAIA, C. N. Variantes textuais nas versões portuguesas medievais do Livro de Isaac: o caso dos pares sinônimos. In: LARA, G. M. P.; COHEN, M. A. (Org.). *Lingüística, tradução, discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 27-40.

CAMBRAIA, C. N. *Livro de Isaac*: edição crítica da tradução medieval portuguesa da obra de Isaac de Nínive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

CAMBRAIA, C. N. Encruzilhadas do editor: diferenças na tomada de decisão na edição crítica e na edição interpretativa. *Calíope: Presença Clássica*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 38, p. 4-23, 2019. DOI: <https://doi.org/10.17074/cpc.v2i38.28853>.

CUNHA, A. G. da. *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2020. Disponível em: <http://medieval.rb.gov.br>. Acesso em: 28 jan. 2022.

ENKVIST, N. E. Definindo estilo. In: ENKVIST, N. E.; SPENCER, J.; GREGORY, M. J. *Lingüística e estilo*. 2. ed. São Paulo: Cultrix/Ed. da USP, 1974. p. 15-72.

LABOV, W. *Quantitative reasoning in Linguistics*. Philadelphia, 2008. Disponível em: <https://www.ling.upenn.edu/~wlabov/Papers/QRL.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MacPHAIL JR., J. A. *Porphyry's 'Homeric Questions' on the 'Iliad': text, translation, commentary*. Berlin: Walter De Gruyter, 2010.

MARTINS, N. S. *Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

MAURER JR., T. H. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959. (Biblioteca Brasileira de Filologia, 16).

METZGER, B. M. *The text of the New Testament: its transmission, corruption, and restoration*. 3. enlarged. ed. New York/Oxford: Oxford University Press, 1992.

MOUNIN, G. *Introdução à linguística*. Lisboa: Iniciativas, 1968.

PASQUALI, G. *Storia della tradizione e critica del testo*. 2. ed. 1. rist. Firenze: Le Lettere, 1988.

PFEIFFER, R. *History of classical scholarship: from the beginning to the end of the hellenistic age*. London: Sandpiper Books, 1998.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1993. (Nova Universidade, Linguística, 5).

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for theory of language change. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (ed.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 95-195.

WETTSTEIN, J. J. Ἡ καινὴ διαθήκη: Novum Testamentum graecum. Amstelaedami: Ex Officina Domeriana, 1752. Disponível em: <https://books.google.com/books?id=QJFaAAAAYAAJ>. Acesso: 28 jan. 2022.

WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. 5 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. (Tempo Universitário, 37).

Recebido em: 13/01/2023.

Aprovado em: 17/02/2023.